



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Informação nº 011/2018 – SEACOMP

Brasília (DF), 6 de março de 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
Processo nº: 36375/2013	Espécie de recurso: Pedido de Reexame
Jurisdicionada: Secretaria de Fazenda do Distrito Federal Recorrente: EMIBM Engenharia e Comércio Ltda Procuração: fl. 649	Deliberação recorrida: Decisão nº 83/2018 Conclusão: Pelo conhecimento.

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data da ciência da notificação: 17/07/17 (da Decisão 3270/17, fl. 478)) e 01/02/18 (da Decisão 83/18, fl. 625); Data da apresentação do recurso: 02/03/18 (fl. 626)	SIM Vide item 3
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador que não esteja impedido legalmente de interpor o recurso? (art. 30 da Lei 8906/94 – Est. do advogado)	SIM
2.4. INTERESSE: Houve sucumbência da parte?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 47 da LO/TCDF)?	SIM
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)? ¹	SIM
2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo (Decisões 1314/12 e 5564/11)?	NÃO SE APLICA
2.5.4. Trata-se de recurso contra DECISÃO LIMINAR?	NÃO

¹ Se o interessado se insurgir contra a decisão, nos casos previstos no § 1º do art. 280 do RI/TCDF, a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

2.5.4.1. O inciso V do art. 1012 do Código de Processo Civil (art. 520, IV do CPC/73) pode ser aplicado ao caso (pedido de reexame sem efeito suspensivo)?	NÃO SE APLICA
2.6. EFEITO:	
2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF?	SIM
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	SIM
3. CONCLUSÃO DESCRITIVA: <p>Inicialmente, cumpre esclarecer o equívoco na peça recursal ao se insurgir contra a Decisão nº 83/2018, sob o argumento de se revelar deliberação de mérito na qual o tribunal teria determinado que não se poderia mais discutir no processo as questões relativas aos custos de mão de obra. Nesse aspecto, verifica-se que a Corte, no referido decisum, apenas negou a admissibilidade de defesa apresentada pela empresa em fase na qual já havia precluído tal iniciativa, direito esse devidamente exercido em momento adequado quando chamada aos autos (Decisão nº 3983/16-fl. 374 e expediente de fls. 387/401).</p> <p>A Decisão de mérito, portanto, é a de nº 3270/2017, em relação à qual caberiam os recursos regimentais. Contra o referido decisum, a empresa apresentou a peça denominada defesa (negada por essa Corte) bem assim o recurso de revisão (fls. 551/599), também negado ante a ausência de preenchimento dos requisitos do art. 288 do RITCDF (Decisão nº 418/2018-fl. 624).</p> <p>Percebe-se, assim, que embora tenha tentado recorrer da deliberação de mérito desta Casa (Decisão nº 3270/2017) a empresa apresentou dois expedientes formalmente indevidos (defesa e recurso de revisão) sendo que, nesta assentada, junta aos autos, intempestivamente, o devido pedido de reexame da Decisão nº 3270/2017.</p> <p>Não obstante intempestivo o presente recurso, há que se considerar a iniciativa da empresa em buscar nova apreciação da matéria deliberada pela Casa, via expedientes que, embora formalmente equivocados, buscaram respaldo nos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Em casos semelhantes, como previsto no artigo 280, §1,º do RITCDF, esta Corte conhece como defesa os recursos interpostos fora das previsões regimentais, concedendo novo prazo para que o interessado complemente as alegações já apresentadas, como forma de se evitar qualquer prejuízo ao pleno exercício de seu direito previsto na Constituição Federal (Decisão nº 3687/2017).</p> <p>Sendo assim, em simetria com esse posicionamento, e considerando que o presente recurso se encontra tempestivo, caso se estenda tal entendimento à Decisão nº 83/2018 (a qual poderia ter renovado o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do recurso de reexame pela empresa), pode esta Corte, em caráter excepcional, tomar conhecimento do presente pedido de reexame, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.</p>	
4. SUGESTÕES DA INFORMAÇÃO PRELIMINAR: 4.1. Encaminhamento dos autos ao (à) Senhor(a) Relator(a), conforme disposto no art. 279 do RI/TCDF, para que: I. conheça, em caráter excepcional, do pedido de reexame apresentado pela empresa EMIBM ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., conferindo efeito suspensivo aos termos do item IV da Decisão nº 3270/2017; II. autorize: a) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007, a comunicação do que vier a ser deliberado à recorrente e à Jurisdicionada; b) o retorno dos autos a esta Secretaria para análise de mérito do presente recurso.	
<p style="text-align: center;">Sebastião José da Silva Neto Auditor de Controle Externo</p>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO